

**UMA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA? NOTAS SOBRE O LUGAR DA TEORIA
MARXISTA DA DEPENDÊNCIA NO PROJETO TEÓRICO GERAL DA CRÍTICA DA
ECONOMIA POLÍTICA**

**¿UNA TEORÍA MARXISTA DE LA DEPENDENCIA? NOTAS SOBRE EL LUGAR DE LA
TEORÍA MARXISTA DE LA DEPENDENCIA EN EL PROYECTO TEÓRICO GLOBAL DE
LA CRÍTICA DE LA ECONOMÍA POLÍTICA**

**A MARXIST THEORY OF DEPENDENCY? NOTES ON THE PLACE OF MARXIST
THEORY OF DEPENDENCY IN THE OVERALL THEORETICAL PROJECT OF THE
CRITIQUE OF POLITICAL ECONOMY**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.48178>

Cristóbal Reyes¹

Resumo: Ao revisitar criticamente uma controvérsia que nos anos 1970 questionou a relevância da teoria marxista da dependência, este artigo procura esclarecer algumas particularidades teóricas e metodológicas deste paradigma e especificar seu lugar dentro do projeto teórico marxista da crítica da economia política. O artigo argumenta que o capitalismo dependente tem leis específicas e que, portanto, uma teoria marxista da dependência é pertinente e necessária. Discute também o nível de abstração em que esta teoria e suas categorias se situam.

Palavras-chave: teoria marxista da dependência. Crítica da economia política. Capitalismo dependente. Níveis de abstração. Mercado mundial.

Resumen: A partir de revisitar criticamente una controversia que en la década de 1970 cuestionó la pertinencia de la teoría marxista de la dependencia, este artículo busca esclarecer algunas particularidades teóricas y de método de dicho paradigma y especificar cuál es su lugar al interior del proyecto teórico marxiano de la crítica de la economía política. En el artículo se argumenta que el capitalismo dependiente tiene una legalidad específica y que por ello una teoría marxista de la dependencia es pertinente y necesaria. Asimismo, se discute cuál es el nivel de abstracción en el que se ubican esa teoría y sus categorías.

Palabras clave: teoría marxista de la dependencia. Crítica de la economía política. Capitalismo dependiente. Niveles de abstracción. Mercado mundial.

Abstract: By critically revisiting a controversy that in the 1970s questioned the relevance of the Marxist theory of dependency, this article seeks to clarify some theoretical and methodological particularities of this paradigm and to specify its place within the Marxian theoretical project of the critique of political economy. The article argues that dependent capitalism has specific laws and that therefore a Marxist theory of dependency is pertinent and necessary. It also discusses the level of abstraction at which this theory and its categories are located.

Keywords: marxist theory of dependency. Critique of political economy. Dependent capitalism. Levels of abstraction. World market.

Introdução

Nos últimos anos, após um *impasse* significativo nas décadas de 1980 e 1990, houve um ressurgimento do interesse na teoria marxista da dependência (a seguir, TMD) como um paradigma teórico de grande relevância para explicar a especificidade do desenvolvimento capitalista na América Latina (BEIGEL, 2006; SMITH, 2020). Este ressurgimento deu origem a um intenso debate no marxismo latino-americano, no qual alguns autores rejeitam as formulações do TMD (por exemplo, IÑIGO CARRERA, 2008; ASTARITA, 2009 e 2010) e outros apelam para sua “recuperação crítica” (CARCANHOLO, 2013; KATZ, 2018), enquanto seus principais expoentes contemporâneos apontam para a validade da proposta teórica e contribuem para seu aprofundamento (OSORIO, 2016; SOTELO, 2013). Como resultado deste debate contínuo, algumas abordagens fundamentais da TMD, tais como os conceitos de intercâmbio desigual e superexploração da força de trabalho, foram submetidas a exame detalhado (OSORIO, 2013; OSORIO e REYES, 2020; FÉLIZ, 2021). Em paralelo, alguns pesquisadores propuseram ampliar a agenda de pesquisa da TMD para incorporar questões que não estavam incluídas nas formulações iniciais da TMD, como as contribuições do feminismo e do ambientalismo (CÁRDENAS, 2017; CONSTANTINO e LATERRA, 2018; FÉLIZ e HARO SLY, 2019).

Uma controvérsia que quase não foi recuperada neste intenso processo de debate contínuo sobre a TMD tem a ver com a especificação do lugar da TMD no projeto teórico da crítica marxista da economia política. Esta foi uma das controvérsias mais intensas em torno da TMD nos anos 70. Para os detratores da TMD, esta polêmica foi importante porque negar que houvesse qualquer lugar no marxismo para uma teoria de dependência serviu para questionar as formulações-chave da TMD e para rejeitar sua existência por completo. Hoje, no contexto da intensa revitalização da TMD, revisitar esta controvérsia é relevante porque nos permite esclarecer algumas das particularidades teóricas e metodológicas deste paradigma, por exemplo, identificando claramente o nível de abstração em que se situam suas formulações e explicitando a necessidade de conceitos mais concretos para compreender a especificidade do capitalismo na América Latina.

Neste contexto, o objetivo deste artigo é especificar o lugar da TMD dentro do projeto teórico marxista da crítica da economia política. Para este fim, o artigo é dividido em duas seções. No primeiro, ele analisa criticamente a polêmica, cujo expoente mais proeminente foi Agustín Cueva, segundo a qual não há espaço dentro do marxismo para uma teoria de dependência. Contra a interpretação de Cueva, argumenta-se que o capitalismo dependente tem uma legalidade específica e que, portanto, uma teoria marxista de dependência é relevante e necessária. A segunda seção discute o lugar da TMD em termos do plano estrutural original no qual Marx baseou sua investigação da sociedade capitalista moderna. Finalmente, algumas conclusões são apresentadas e a importância de especificar as particularidades teóricas e metodológicas da TMD é apontada.

Existe um espaço teórico para o estudo da dependência dentro da crítica da economia política?

A TMD surgiu na década de 1960, após o triunfo da Revolução Cubana. Este processo, que demonstrou a “atualidade da revolução” na América Latina e no Caribe, provocou uma profunda crise teórica e política na região ao expor a inadequação das interpretações dos partidos comunistas da época – que defendiam a aliança das classes trabalhadoras latino-americanas com a burguesia nacionalista para promover uma revolução burguesa-democrática – e ao quebrar as ilusões da proposta desenvolvimentista da CEPAL sobre a construção de um “capitalismo autônomo” baseado na industrialização da substituição de importações (BAMBIRRA, 1978; OSORIO, 2016). Após o exílio dos mais destacados pioneiros da TMD – Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini – devido ao golpe de Estado de 1964 no Brasil, esta teoria se consolidou no final dos anos 60 e início dos anos 70, com seu epicentro no Centro de Estudos Sócio-Econômicos (CESO) da Universidade do Chile, particularmente durante o período da Unidade Popular.

O momento chave na formulação da TMD foi a publicação da *Dialética da Dependência* de Ruy Mauro Marini, em 1973. Em *Dialética da dependência*, Marini formulou as principais teses sobre os processos, relações e tendências que caracterizam o capitalismo dependente e lançou as bases para uma crítica da economia política da dependência (OSORIO, 2016). Desde então, a TMD tornou-se um paradigma que explica a especificidade da reprodução do capitalismo na América Latina e uma das principais contribuições do pensamento latino-americano para as ciências sociais.

Desde seus primeiros passos, a TMD esteve no centro de numerosas polêmicas e foi objeto de críticas a partir das mais diversas perspectivas teóricas e políticas. As razões para as críticas à TMD foram numerosas e foram oportunas e pontualmente refutadas (MARINI, 1974 e 1978; BAMBIRRA, 1978). Uma das controvérsias, para a qual estamos interessados em chamar a atenção neste artigo, é que o marxismo não tem lugar para uma teoria de dependência. Esta posição foi defendida principalmente por intelectuais ligados aos partidos comunistas, que descartaram a validade da TMD. Um exemplo da presença destas abordagens foi o Congresso Latino-Americano de Sociologia na Costa Rica em 1975, no qual a crítica da teoria da dependência ocupou grande parte do evento (DOS SANTOS, 2002). Naquele Congresso, a teoria da dependência foi descartada como uma “teoria burguesa não-marxista” (citado em DUSSEL, 2014, p. 150). Revisar criticamente esta polêmica é relevante para insistir na relevância teórica e metodológica da pesquisa sobre o capitalismo dependente dentro do projeto de crítica da economia política iniciado por Marx.

O autor que mais claramente sustentou esta crítica foi o sociólogo e historiador Agustín Cueva. Em um texto publicado originalmente em 1974, ele salientou que “não há espaço teórico no qual uma ‘teoria de dependência’ possa ser baseada” (CUEVA, 1979a, p. 29). Dado que seus argumentos são representativos das posições tomadas pelos partidos comunistas da época, e que foi ele quem fez “o esforço mais sério para questionar as teses da teoria da dependência” (BAMBIRRA, 1978, p. 41), analisaremos em detalhes seus argumentos contra a existência de um espaço teórico para estudar a dependência a partir de uma perspectiva marxista.²

A questão básica de Cueva a respeito do “espaço teórico” para estudar a dependência é se existem ou não – ele considerou que não existem – leis de movimento específicas ao capitalismo na América Latina, que o constituem como um objeto teórico distinto e justificam a existência de uma teoria diferente da do modo de produção capitalista em geral. Cueva coloca a questão nos seguintes termos:

Tanto a dominação e a exploração imperialista, como a articulação particular dos modos de produção,³ que ocorre em cada uma de nossas formações sociais, determinam que mesmo as leis próprias do capitalismo se manifestem nelas de forma mais ou menos acentuada ou cobertas de “impurezas” [...], mas sem que isso implique diferenças qualitativas capazes de construir um novo objeto teórico, governado por suas próprias leis [...]. Nossa tese é, portanto, que não há espaço teórico no qual uma “teoria de dependência”, marxista ou não, possa ser baseada (CUEVA, 1979a, p. 28-29).

Como para Cueva as leis de desenvolvimento do capitalismo “são cumpridas na América Latina como em toda parte, dentro de determinadas condições históricas” (CUEVA, 1979a, p. 26), o trabalho do marxismo na região consistiria em avançar na compreensão “não apenas do aspecto universal de nosso desenvolvimento capitalista, mas também [do] que é particular nele; isto é, não apenas suas leis gerais de desenvolvimento, mas também as condições em que são cumpridas” (CUEVA, 1979b, p. 9). Em outras palavras, Cueva argumentou que para compreender as particularidades do desenvolvimento capitalista na América Latina, não havia necessidade de formulações teóricas particulares, mas de recorrer à história. A intenção de Cueva de explicar as particularidades do capitalismo na América Latina com base nas condições históricas de seu desenvolvimento é muito claramente formulada quando ele aponta que “é nisto [nas condições históricas a partir das quais começa o desenvolvimento do ‘capitalismo periférico’], bem como na articulação específica de vários modos de produção, e de várias fases de um mesmo modo, que reside a *particularidade* do desenvolvimento histórico latino-americano” (CUEVA, 1979a, p. 27).

Certamente, o capitalismo na América Latina é regido pelas leis gerais do modo de produção capitalista. Entretanto, é errado argumentar, como fez Cueva, que isto torna desnecessária uma teoria – que está inscrita dentro destas leis gerais do movimento, mas que está localizada em um nível diferente, mais concreto e particular de abstração – que leva em conta as especificidades que o capitalismo dependente assume em sua reprodução.

O principal problema da crítica de Cueva à TMD é que ela não leva em consideração os diferentes níveis de análise ou níveis de abstração que caracterizam o marxismo no processo de compreensão da realidade social.⁴ À medida que os processos e problemas a serem analisados se tornam mais concretos e particulares, é necessário incorporar maiores determinações e relações no processo de “reprodução do concreto pelo caminho do pensamento” (MARX, 2016, p. 21), o que nos permite melhorar sua compreensão. O recurso a diferentes níveis de abstração é necessário para o estudo de diferentes processos e problemas. Para o caso em questão, a análise mais concreta do desdobramento do capitalismo como sistema mundial e suas particularidades na América Latina torna necessário incorporar determinações e relações adicionais, assim como considerar sua historicidade. Neste processo, não basta – como Cueva sugeriu – descrever as particularidades históricas do capitalismo latino-americano, mas é necessário formular conceitos e explicações teóricas que, simultaneamente, explicam a forma pela qual as leis gerais que regem

o modo de produção são expressas no capitalismo dependente e como determinações e relações adicionais recriam e redefinem a implantação concreta do capital. Foi o que Marini quis dizer quando apontou isso:

A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência é determinar a legalidade específica que rege a economia dependente. Isto pressupõe, naturalmente, colocar seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema como um todo e definir os graus intermediários pelos quais estas leis estão sendo especificadas (MARINI, 1974, p. 99).

Cueva negou que o capitalismo latino-americano fosse regido por leis particulares de desenvolvimento. Recordemos que, para Marx, na produção capitalista, as leis são impostas como tendências dominantes (Marx, 2011, t. III, vol. 6, p. 203). Portanto, a questão de saber se o capitalismo latino-americano tem uma legalidade particular refere-se a se ele, em sua reprodução, segue tendências diferentes daquelas que caracterizam o “capitalismo concebido *isoladamente*” (GROSSMANN, 1979a, p. 280) ou o capitalismo desenvolvimentista-imperialista. Em seu movimento real, o capitalismo latino-americano segue tendências qualitativamente diferentes, entre as quais se destacam que a superexploração é a forma predominante de exploração da força de trabalho, que há transferências sistemáticas de mais-valia para o exterior através de trocas desiguais e que sua reprodução é marcada por uma quebra no ciclo do capital (MARINI, 1974). Ao apontar para esta forma qualitativamente diferente de reprodução de capital, a TMD demonstrou que o capitalismo dependente é governado por uma legalidade específica. Destacar esta legalidade específica e formular conceitos particulares para explicá-la – conceitos que não estão presentes no nível de abstração do capital “em geral” – são, de fato, as contribuições centrais desta teoria. Deve-se notar que a existência dessas tendências qualitativamente diferentes na reprodução do capitalismo dependente não é contrária às leis gerais de desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas é o resultado de estarem em vigor sob condições mais concretas.

Por outro lado, para Cueva, como o capitalismo dependente e o capitalismo altamente desenvolvido são regidos pelas mesmas leis do movimento, a única coisa que os diferencia são as condições históricas em que cada um deles se desenvolveu. É evidente que as condições históricas foram determinantes para as particularidades do desenvolvimento do capitalismo dependente da América Latina (sua situação colonial, a forma subordinada de sua integração no mercado mundial, a posição que ocupa na divisão internacional do trabalho, etc.). Entretanto, tal raciocínio impede o progresso na compreensão das determinações gerais de dependência e de sua própria legalidade. Portanto, recorrer às “leis que regem o funcionamento de todo o capitalismo” (CUEVA, 1979a, p. 27) é insuficiente se não houver progresso na explicação de como essas leis moldam as relações de expropriação e dominação no sistema capitalista mundial. Por mais plausível que seja dar conta das condições históricas do desenvolvimento capitalista na América Latina, isto não substitui uma explicação teórica dos determinantes fundamentais da dependência e das formas sob as quais ela se desdobra. Em outras palavras, a observação das diferenças históricas no desenvolvimento do capitalismo nesta ou naquela região não explica a legalidade que está subjacente às relações de dominação e apropriação no sistema mundial. Jaime Osorio tem razão quando aponta que “a idéia de ‘articulação de modos de produção’ (como uma integração de formas ‘atrasadas’ e ‘modernas’ de produção) não é mais do que uma descrição do problema, de como o capitalismo latino-americano se mostra

e se expressa. Mas pouco progresso foi feito para explicar porque assume estas formas" (OSORIO, 2016, p. 69).

Não basta, portanto, fazer uma *história de dependência* que especifique as condições históricas do capitalismo dependente – embora essas condições históricas sejam fundamentais para a gênese da dependência – mas sim existe a necessidade de uma *teoria da dependência* que se preocupa em explicar suas determinações, as relações que a constituem, os mecanismos pelos quais se desdobra, sua dinâmica interna e as tendências que regem seu movimento. Por esta razão,

o estudo do desenvolvimento de nossos países deve dar origem à teoria da dependência. Entender a dependência, conceitualizá-la e estudar seus mecanismos e sua legalidade histórica, significa não apenas ampliar a teoria do imperialismo, mas também contribuir para seu aperfeiçoamento e reformulação (DOS SANTOS, 1978, p. 301-302).

Sugerir – como fez Cueva – que tudo o que há a dizer sobre o capitalismo já foi dito na “teoria geral do capitalismo” elaborada por Marx no *Capital* está errado e pode levar ao dogmatismo. Na realidade, o trabalho de Marx – em particular o *Capital* – não deve ser pensado como um ponto de chegada, mas como um ponto de partida para pensar no movimento e no desenvolvimento da sociedade burguesa moderna. Neste sentido, consideramos com A. M. Kogan que se “não se prestar atenção ao sistema de abstrações do *Capital* [e da crítica da economia política em geral], acontecerá que a riqueza de conteúdo deste trabalho criará a idéia ilusória de que todos os problemas da teoria geral do capitalismo já estão resolvidos nela e que não é necessário procurar problemas não resolvidos” (KOGAN, 1987, p. 11).

O lugar da dependência no projeto teórico geral da crítica da economia política

Na seção anterior mostramos que uma TMD é relevante e necessária ou, para colocar nos termos da Cueva, que existe um espaço teórico para o estudo da dependência a partir da crítica da economia política. Agora, que espaço é esse?

Antes de localizarmos o espaço teórico no qual a teoria da dependência está situada dentro do *corpus* teórico geral marxista, vamos fazer algumas breves notas sobre o método. Antes de mais nada, devemos salientar que, quando o capital se torna o mundo, em um determinado momento histórico e espaço geográfico, seu movimento assume particularidades, e as leis gerais que regem o desenvolvimento capitalista adquirem um nível de concretude que não poderia ser alcançado – nem pretendia ser – pelo nível de análise em que *O Capital* se move (que, em sua maioria, é o nível de análise do *capital em geral*, embora no terceiro livro da competição de trabalho, o crédito e o capital social sejam levados em consideração).⁵ As razões pelas quais Marx iniciou seu estudo da sociedade burguesa moderna com a análise da natureza geral do capital são claras: para desvendar os fenômenos e as formas mais concretas em que o capital evolui, é necessário compreender as determinações gerais do capital e “a categoria do capital em sua forma pura”,⁶ pois “já dentro do conceito geral do capital está ‘contido’, em embrião, ‘o posterior’” (ROSDOLSKY, 2004, p. 78). A estrutura de categorias desenvolvidas por Marx em *O Capital* é apenas o ponto de partida para explicar o sistema mundial capitalista em seu desenvolvimento e, portanto, para explicar relações como a dependência. Portanto, concordo com Osorio, que assinala que “as categorias e relações desse trabalho [O

Capital] constituem o ponto de partida para analisar a organização das unidades de análise menos abstratas (ou mais concretas), *mas não as esgotam*" (OSORIO, 2016, p. 132).

Em segundo lugar, investigar a dependência requer um nível de abstração diferente daquele empregado por Marx no *Capital*, que, como já dissemos, é em grande parte o nível de análise do capital em geral. Concordo com Osorio quando ele argumenta que “as formulações de Marx em *O Capital* são absolutamente necessárias, mas insuficientes para aplicá-las a situações históricas específicas. Um dos problemas na análise dos pensadores marxistas reside na dificuldade em realizar mediações, ou seja, de estabelecer pontes dos níveis mais abstratos para os menos abstratos" (OSORIO, 2004, p. 29),⁷ que ancora tais análises nos conceitos de um nível mais alto de abstração quando a investigação de processos mais concretos requer a formulação de conceitos que também são mais concretos. Assim, para estudar a dependência é necessário entender como ponto de partida a natureza geral do capital – já que “o capital é o poder econômico dominador da sociedade burguesa” (MARX, 2016, p. 28) –, mas sua abordagem também requer que incluam o estudo da concorrência, do comércio internacional, da divisão internacional do trabalho, entre outros. Cada um desses objetos especiais de estudo implica um nível de abstração diferente do inicial – cada vez menor, mais particular e concreto em relação ao capital em geral – e são pressupostos para se pensar em dependência.

A explicação das *formas mais concretas* de produção capitalista – como o mercado mundial, a dependência, a reprodução do capital em um determinado tempo e lugar, etc. – deve *necessariamente* partir de uma compreensão da natureza geral do capital; entretanto, embora tal compreensão seja necessária, ela é *insuficiente* para dar conta de fenômenos mais concretos e desenvolvidos. A explicação de fenômenos mais concretos requer categorias mais concretas, complexas e desenvolvidas. Recordemos que, segundo Marx, “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, daí a unidade dos diversos” (MARX, 2016, p. 21). Tendo em mente o caráter necessário – pode-se dizer irrenunciável – mas insuficiente do *Capital* para explicar formas mais concretas de capitalismo em seu desenvolvimento, vamos tentar localizar o espaço teórico para o estudo da dependência dentro da crítica da economia política.

É bem conhecido que em 1857 Marx elaborou o plano original para desenvolver sua crítica da economia política. Neste “plano estrutural original”, Marx dividiu sua obra em seis livros:

- I. O livro do capital;
- II. O livro sobre a propriedade da terra;
- III. O livro do trabalho assalariado;
- IV. O livro do Estado;
- V. O livro de comércio exterior;
- VI. O livro do mercado mundial e as crises.⁸

Sem entrar nos detalhes da discussão sobre os motivos que levaram Marx a modificar o plano estrutural de seu trabalho,⁹ o seguinte deve ser apontado: mesmo que Marx tenha de fato modificado a *forma de apresentação* dos resultados de seus estudos sobre a sociedade burguesa moderna com relação ao *plano de pesquisa* que ele havia inicialmente elaborado, muitos estudiosos concordam que ele não abandonou a

pretensão de posteriormente desenvolver estudos específicos sobre o Estado, o comércio exterior e o mercado mundial.

Ao contrário de GROSSMANN (1979b), que argumentou que o plano original de 1857 foi incluído e substituído no plano definitivo que orientou a escrita do *Capital*,¹⁰ pensamos, como Rosdolsky, que os quarto, quinto e sexto livros do plano original “nunca foram totalmente assimilados pela segunda estrutura da obra, mas foram basicamente reservados para à ‘eventual continuação’ da obra” (ROSDOLSKY, 2004: 50).¹¹ Em uma linha semelhante à de Rosdolsky, embora com conclusões diferentes, Enrique Dussel pensa que a “trilogia definitiva” (Estado – intercâmbio entre nações – mercado mundial) permanece “inalterada até o fim da vida de Marx” (DUSSEL, 1991: 61).¹²

Uma anotação de Marx no terceiro livro do *Capital* é esclarecedora em relação ao que temos argumentado:

Os fenômenos que estamos investigando neste capítulo pressupõem, para seu pleno desenvolvimento, o sistema de crédito e a *concorrência no mercado mundial*, que constitui em geral a base e a atmosfera vital do modo de produção capitalista. Mas estas *formas mais concretas* de produção capitalista só podem ser totalmente explicadas depois que a *natureza geral do capital* tiver sido apreendida; além disso, sua exposição está fora do plano de nosso trabalho e pertence à continuação que eventualmente lhe daremos (MARX, 2011, p. 136; nosso itálico).

É claro a partir desta passagem que, no momento de escrever os manuscritos do Livro III do *Capital*, Marx ainda contemplava uma investigação específica do mercado mundial. Parece claro, portanto, que um dos objetivos de Marx era continuar seu trabalho com o estudo dos três últimos livros do plano original de 1857-58. Como Marx não foi capaz de concluir este projeto, cabe aos marxistas contemporâneos continuar este trabalho e assumir o caráter vivo e inacabado da crítica da economia política.

Tendo em mente o caráter inacabado do projeto teórico marxista da crítica da economia política, consideramos necessário situar o estudo da dependência dentro do plano estrutural primitivo inacabado, mas não abandonado. Dito isto, ainda falta responder: qual é o espaço teórico para estudar a dependência dentro do plano original do trabalho acima mencionado? Como ponto de partida, assinalemos que o espaço para o estudo da dependência está localizado dentro da trilogia dos livros quatro, cinco e seis do plano original da crítica marxista de economia política. É evidente que o estudo da dependência não estaria localizado no livro sobre o Estado, que Marx considerava a “síntese da sociedade burguesa” e das classes sociais que a compõem (Marx, 2016, p. 30).¹³ Seu espaço teórico está então localizado no quinto livro, sobre as relações comerciais internacionais, ou no sexto livro, sobre o mercado mundial?

Com relação a este tema, sobre o qual relativamente pouco foi escrito sistematicamente, destaca-se a intervenção de Enrique Dussel, que se propôs explicitamente a situar o estudo da dependência dentro do projeto teórico da crítica de Marx à economia política. Isto é relevante porque a localização adequada do espaço teórico no qual o estudo da dependência está inscrito nos permite compreender o nível de abstração no qual esta teoria está situada e alcançar uma maior precisão categórica na abordagem da mesma.

Em seu estudo dos *Grundrisse*, Dussel situa o que ele chama de “a questão da dependência” dentro de uma “sétima parte hipotética” do plano original elaborado por Marx (DUSSEL, 1991, p. 372). Para este autor, a pesquisa sobre dependência “assume que as seis partes do projeto Marx foram esclarecidas” e

“seriam uma sétima parte do plano” (DUSSEL, 1991, p. 374). Onde discordo de Dussel é em sua afirmação de que a dependência teria que estar em uma “sétima parte” do plano. O enunciado dos tópicos que Marx propôs investigar nos quinto e sexto livros de sua crítica de economia política sugere que a hipotética sétima parte proposta por Dussel não seria necessária e que está no horizonte das investigações propostas para estes livros onde a TMD deveria estar localizada.

Entre os tópicos que Marx propôs investigar no livro sobre comércio exterior estão: as relações internacionais de produção; a divisão internacional do trabalho; exportações e importações; e a taxa de câmbio (MARX, 2016, p. 30 e 204). Se – como demonstramos em outros textos (OSORIO e REYES, 2020) – a divisão internacional do trabalho e o intercâmbio desigual são determinantes fundamentais do desenvolvimento desigual no sistema mundial capitalista, pode-se concluir que a investigação de alguns dos processos essenciais de dependência está enquadrada no livro cinco do plano original, sobre as relações econômicas internacionais. Entretanto, como a TMD tem insistido com razão, a dependência não deve ser entendida exclusivamente como uma relação *externa* entre nações. Pelo contrário, esta relação dos países dependentes com o exterior determina uma forma particular na qual o capital se reproduz dentro dos países dependentes e que é qualitativamente distinta, *sui generis*. O estudo da dependência implica compreender como essas determinações externas afetam a estrutura interna de reprodução de capital, e como essa estrutura interna é *determinada por*, e um *determinante das* relações de um país com a totalidade do mercado mundial, entendido como o espaço onde

A produção é definida como uma totalidade bem como cada um de seus momentos, mas em que ao mesmo tempo todas as contradições são vistas como estando em processo. O mercado mundial constitui tanto a suposição quanto o apoio do conjunto (MARX, 2016, p. 163).

A dependência não está localizada fora do assunto do mercado mundial, mas é uma relação constitutiva de sua estrutura e dinâmica. Assim, o lugar da TMD no marxismo é o horizonte da pesquisa sobre o mercado mundial capitalista.

Na interpretação aqui proposta, o estudo da dependência não teria que ser colocado em um livro separado no projeto teórico da crítica da economia política, pelas razões mencionadas acima. Analiticamente, a dependência está enraizada nas investigações do livro cinco do plano original (uma vez que algumas de suas determinações fundamentais, o intercâmbio desigual e a divisão internacional do trabalho, estão localizados no reino das relações econômicas internacionais), mas é implantada no livro seis no mercado mundial capitalista. O espaço teórico para o estudo da dependência é o horizonte da competição do mercado mundial como a totalidade concreta do modo de produção burguês, ou seja, o livro seis do plano original da crítica da economia política de Marx.

Conclusões

O capitalismo dependente tem uma legalidade própria, que se manifesta em processos como o recurso generalizado à superexploração da força de trabalho, a transferência sistemática da mais-valia através do comércio internacional e a ruptura do ciclo do capital. A TMD está preocupada em explicar esta forma

qualitativamente diferente de reprodução do capitalismo na América Latina, bem como em investigar suas relações e tendências constitutivas.

A pesquisa sobre dependência está enquadrada no estudo do desdobramento do mercado mundial capitalista, que Marx apresentou como o ponto culminante de sua crítica inacabada à economia política. O estudo do mercado mundial e da legalidade do capitalismo dependente tem como ponto de partida a análise de Marx sobre o capital “em geral” no *Capital*, mas não pára por aí. Pelo contrário, exige que situemos nossa pesquisa em um nível diferente de abstração, mais concreto e particular, que incorpora determinações e relações adicionais na análise, a fim de levar em conta a existência de formas diferenciadas de reprodução do capital, as razões da heterogeneidade em sua reprodução, assim como suas principais tendências e implicações.

Apontar essas características teóricas e metodológicas da TMD é relevante para evitar posições dogmáticas que afirmam que todos os problemas são resolvidos no *Capital* e que não resta nada para investigar teoricamente, que desdenham as particularidades do capitalismo latino-americano ou que negam a necessidade de formular conceitos mais concretos – como a superexploração da força de trabalho, por exemplo – a fim de explicar processos mais concretos. Tendo em mente que as particularidades da TMD contribuem para uma compreensão crítica do capitalismo na América Latina e, ao fazê-lo, ajudam a fornecer uma base mais firme para sua transformação revolucionária.

Referências:

- ASTARITA, R., **Monopolio, imperialismo e intercambio desigual**. Madrid: Maia, 2009.
- ASTARITA, R. **Economía política de la dependencia y el subdesarrollo. Tipo de cambio y renta agraria en la Argentina**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2010.
- BAMBIRRA, V. **Teoría de la dependencia. Una anticrítica**. México D.F.: Era, 1978.
- BARTRA, A. **El capital en su laberinto. De la renta de la tierra a la renta de la vida**. México D.F.: Ítaca – UACM – CEDRSSA, 2006.
- BEIGEL, F. Vida, muerte y resurrección de las teorías de la dependencia. *In Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- CARCANHOLO, M. D. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependencia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 1, p. 191–205, 2013.
- CÁRDENAS, J. C. Para leer *Dialéctica de la dependencia* (del giro dependientista al giro decolonial). *In Desafíos, perspectivas y horizontes de la integración en América Latina y el Caribe: actualidad del pensamiento de Ruy Mauro Marini*. Buenos Aires: CLACSO, 2017.
- CONSANTINO, A.; LATERRA, P. La teoría marxista de la dependencia desde una mirada feminista: un análisis sobre las leyes sobre aborto en el mundo. **Cadernos Cemarx**, n. 10, p. 151-174, 2018.
- CUEVA, A. Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia. *In: CUEVA, A. Teoría social y procesos políticos en América Latina*. México D.F.: Edicol, 1979a.
- CUEVA, A. **Teoría social y procesos políticos en América Latina**. México D.F.: Edicol, 1979b.
- CUEVA, A. Prólogo a la edición ecuatoriana. *In: CUEVA, A. Teoría social y procesos políticos en América Latina*. Quito: Línea Crítica, 1988.

- CUEVA, A. El marxismo latinoamericano: historia y problemas actuales. *In*: CUEVA, A. **Entre la ira y la esperanza y otros ensayos de crítica latinoamericana**, Buenos Aires: CLACSO – Siglo del Hombre, 2008.
- DOS SANTOS, T. **Imperialismo y dependencia**. México D.F.: Era, 1978.
- DOS SANTOS, T. **Teoría de la dependencia. Balance y perspectivas**. México D.F.: Plaza y Janés, 2002.
- DUSSEL, E. **La producción teórica de Marx. Un comentario a los Grundrisse**. México D.F.: Siglo XXI, 1991.
- DUSSEL, E. **16 tesis de economía política. Interpretación filosófica**. México D.F.: Siglo XXI, 2014.
- FÉLIZ, M.; A. HARO SLY. Dependencia, valor y naturaleza. Hacia una revitalización crítica de la teoría marxista de la dependencia. **Revistas Sociedad**, n. 38, p. 45–56, 2019.
- FÉLIZ, M. Notes for a discussion on unequal exchange and the Marxist theory of dependency. **Historical Materialism**, v. 29, n. 4, p. 114–152, 2021.
- GROSSMANN, H. **La ley de la acumulación y el derrumbe del sistema capitalista**. México D.F.: Siglo XXI, 1979a.
- GROSSMANN, H. Modificación del plan originario de la estructura de *El capital* de Marx y sus causas. *In*: GROSSMANN, H. **Ensayos sobre la teoría de las crisis. Dialéctica y metodología en El capital**. México D.F.: Cuadernos de Pasado y Presente, 1979b.
- IÑIGO CARRERA, J. La unidad mundial de la acumulación de capital en su forma nacional históricamente dominante en América Latina. Crítica de las teorías del desarrollo, de la dependencia y del imperialismo. 2008. Disponible em: <https://cicpint.org/es/inigo-carrera-j-2008b-la-unidad-mundial-de-la-acumulacion-de-capital-en-su-forma-nacional-historicamente-dominante-en-america-latina-critica-de-las-teorias-del-desarrollo-de-la-dependencia-y-de/>. Acceso em: 10-02-2022.
- KATZ, C. Críticas y convergencias con la teoría de la dependencia. 2016. Disponible em: <http://katz.lahaine.org/b2-img/crticasyconvergenciasconlateoradeladepen.pdf>. Acceso em: 10-02-2022.
- KATZ, C. **La teoría de la dependencia. 50 años después**. Buenos Aires: Batalla de Ideas, 2018.
- KOGAN, A. M. **En el laboratorio creador de Carlos Marx**. Montevideo: ediciones Pueblos Unidos, 1987.
- MANDEL, E. **El capital. Cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx**. México D.F.: Siglo XXI, 2005.
- MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. México D.F.: Era, 1974.
- MARINI, R. M. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). **Revista Mexicana de Sociología**, v. XL, 1978.
- MARX, K. **Contribución a la crítica de la economía política**. México D.F.: Siglo XXI, 1980.
- MARX, K. **El capital**, t. III, v. 6. México D.F.: Siglo XXI, 2011.
- MARX, K. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse). 1857-1858**. México D.F.: Siglo XXI, 2016.
- OSORIO, J. Sobre epistemología y método en Marx. *In*: **Crítica de la economía vulgar. Reproducción del capital y dependencia**. México D.F.: UAZ – Miguel Ángel Porrúa, 2004.
- OSORIO, J. Fundamentos de la superexplotación. **Razón y Revolución**, n. 25, 2013.
- OSORIO, J. **Teoría marxista de la dependencia. Historia, fundamentos, debates y contribuciones**. México D.F.: Ítaca – UAM-X, 2016.
- OSORIO, J. **Coyuntura. Cuestiones teóricas y políticas**. México D.F.: Ítaca – UAM, 2019.
- OSORIO, J.; REYES, C. **La diversidad en el sistema mundial capitalista. Procesos y relaciones en la heterogeneidad imperante**. México D.F.: Gedisa – UAM, 2020.

ROSDOLSKY, R. **Génesis y estructura de El Capital de Marx (estudios sobre los Grundrisse)**. México D.F.: Siglo XXI, 2004.

SMITH, J. Explotación y superexplotación en la teoría del imperialismo. In: LÓPEZ, E. (ed.), **Las venas del sur siguen abiertas. Debates sobre el imperialismo de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Batalla de Ideas – Instituto Tricontinental de Investigación Social, 2020.

SOTELO VALENCIA, A. El capitalismo contemporáneo en el horizonte de la teoría de la dependencia. **Argumentos. Estudios críticos de la sociedad**, n. 72, p. 77–95, 2013.

Notas

¹ Mestrado em Estudos Latino-Americanos. Professor na Escola Superior de Economia do Instituto Politécnico Nacional e na Faculdade de Economia da Universidad Nacional Autónoma de México. Co-autor, com Jaime Osorio, do livro *La diversidad en el sistema mundial capitalista. Procesos y relaciones en la heterogeneidad imperante* (Gedisa - UAM, México, 2020). Membro do Laboratório de Estudos sobre Empresas Transnacionais do Observatório Latino-americano de Geopolítica, sediado no Instituto de Investigación Económica, UNAM – <http://let.iiiec.unam.mx/>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4938-0409>. E-mail: crisobal.reyesn@gmail.com.

² Embora as críticas da Cueva tenham ecoado amplamente durante os anos 70, no final dos anos 80 o sociólogo equatoriano qualificou suas declarações críticas em relação a TMD, destacou suas contribuições e manteve certa afinidade com esta teoria (DOS SANTOS, 2002; KATZ, 2016). A este respeito, ver CUEVA (1988 e 2008).

³ Para uma crítica da noção de "articulação de modos de produção", ver BARTRA (2006, p.194-201).

⁴ "Uma das particularidades do marxismo como teoria é que ele tem diferentes níveis de análise ou níveis de abstração e concretude, o que enriquece a análise e sua capacidade de dar conta da realidade social a partir de dimensões muito diferentes" (OSORIO, 2019: 38).

⁵ A este respeito, Roman Rosdolsky salientou que "[...] enquanto os dois primeiros volumes de *Capital* basicamente não vão além da análise do 'capital em geral', o terceiro volume também inclui [...] os temas de concorrência, crédito e capital social [...] embora certamente não na medida em que Marx tinha proposto inicialmente" (ROSDOLSKY, 2004, p. 69).

⁶ "Sendo a relação decisiva da sociedade burguesa, que penetra e domina tudo, a categoria do capital deve antes de tudo ser elaborada, e isto em sua forma pura, ou seja, sem considerar todas as formas deriváveis das relações do próprio capital" (ROSDOLSKY, 2004, p. 67).

⁷ Assim, por exemplo, ao estudar a concorrência intercapitalista, não basta nos situarmos no nível de abstração do "capital em geral" - embora este nível seja indispensável como ponto de partida - mas é necessário continuar a considerar a existência de uma multiplicidade de capitais que estão relacionados entre si.

⁸ "Considerarei o sistema de economia burguesa na seguinte seqüência: *capital, propriedade da terra, trabalho assalariado; o Estado, comércio exterior, mercado mundial*" (MARX, 1980, p. 3).

⁹ Sobre isto, ver GROSSMANN (1979b); ROSDOLSKY (2004); MANDEL (2005); e DUSSEL (1991).

¹⁰ De acordo com Grossmann, *Capital*, "como temos hoje nos quatro livros, está substancialmente completo". Este autor também considerou que "os livros que temos [...] como um todo contêm todo o material [Marx] destinado ao estudo" (GROSSMANN, 1979b, p. 44).

¹¹ Mais adiante, Rosdolsky argumenta que "dos seis livros originalmente planejados, Marx nunca 'abandonou' definitivamente os três últimos, mas que estes foram destinados à 'eventual continuação da obra'. Portanto, a modificação real do plano só pode dizer respeito ao primeiro, segundo e terceiro livros" (ROSDOLSKY, 2004, p. 82). Por sua vez, Ernest Mandel considerou: "parece-me claro, a partir de numerosas observações intercaladas ao longo do manuscrito do livro três, que Marx ainda pretendia completar o *Capital* com volumes sobre o Estado, o comércio internacional, o mercado mundial e as crises, embora ele tenha colocado estes problemas claramente fora do plano do próprio *Capital*" (MANDEL, 2005, p. 29). Ao que Rosdolsky e Mandel disseram, deve-se acrescentar que a modificação de Marx no plano original não deve ser entendida como um abandono das questões ou como uma diminuição da importância de estudá-las. Portanto, a modificação do plano estrutural primitivo não torna irrelevante o estudo dos temas que foram nulos ou insuficientemente explicados no trabalho de Marx, nem nos isenta de continuar a desenvolver coletivamente o projeto da crítica da economia capitalista para além do que Marx mesmo fez.

¹² Entretanto, embora Marx tenha mantido esta "trilogia" inalterada para o plano de seu trabalho, de acordo com Dussel "ele nunca tratou seriamente do ponto de vista estritamente teórico". Para este autor, o fato de estas partes do plano de trabalho de Marx não terem sido modificadas deve-se ao fato de que "estas três partes [...] nunca foram objeto de estudo científico. Se eles tivessem sido estudados mais seriamente, é possível que tivessem mudado como as três primeiras partes do plano" (DUSSEL, 1991, p. 61).

¹³ Isto não significa, naturalmente, que o estado não seja central para a reprodução da dependência; nem significa que a condição de dependência não acrescente determinações e características particulares ao estado. No entanto, no quarto livro Marx se propôs a estudar a "síntese da sociedade burguesa" na forma do estado "considerado em relação a si mesmo", e não em relação a outros estados.

Recebido em: 15 de fev. 2022

Aprovado em: 28 de mar. 2022